

CONSTITUINTE

PTB negocia com Sarney e pode ganhar um ministério

por Mariângela Hamu
de São Paulo

O governo está negociando com o PTB um acordo que poderá dar ao partido cargos importantes no segundo escalão da administração federal e até um ministério, se o plenário da Constituinte devolver ao presidente José Sarney o mandato de cinco anos, reduzido para quatro pela Comissão de Sistematização. Em sucessivas conversas, nas últimas horas, o presidente José Sarney tentou delinear os termos do acordo, que deverá entrar em vigor depois de promulgada a nova Constituição.

“Votações em plenário só terão início em janeiro”

por Andrew Greenlees
de Brasília

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, admitiu, na sexta-feira, que o plenário somente deverá iniciar as votações da nova Carta em janeiro.

Os dias que ainda restam antes do recesso — marcado para o dia 22 de dezembro, estendendo-se a 4 de janeiro — serão ocupados com a votação definitiva do novo regimento, a apresentação de emendas ao projeto da Sistematização e negociações sobre os primeiros títulos e capítulos a serem analisados na fase final dos trabalhos constitucionais. “Acredito que teremos a nova Constituição no início de fevereiro”, disse Ulysses.

O episódio do regimento interno continuará a centralizar as atenções nesta semana. Na terça-feira, será lido em plenário e discutido o projeto elaborado pela mesa diretora dos trabalhos — inspirado por Ulysses como objetivo de mediar o conflito entre o “Centrão” e seus adversários. No dia seguinte, o texto irá à votação.

Se for confirmado o acor-

A iniciativa faz parte da política cada vez mais nítida de privilegiar amigos e punir adversários políticos, desenvolvida pelo Palácio do Planalto desde a redução do mandato presidencial, a cerca de um mês. O novo regimento interno da Constituinte foi aprovado na última quinta-feira com 15 dos 20 votos do PTB. Os outros cinco se abstiveram.

Ao abater a cúpula do PMDB e facções de esquerda na última quinta-feira, o “Centrão” — grupo majoritariamente afinado com o pensamento do governo — aprovou, além de um novo regimento interno, outro desenho para a lista de re-

do existente até sexta-feira, o projeto da mesa será aprovado e estará aberto o prazo de sete dias para a apresentação de emendas ao texto da Sistematização. A possibilidade de novas emendas não consta da proposta original do “Centrão”, mas recebeu o apoio imediato do grupo.

O bloco liderado pelo senador Mário Covas poderá solicitar votação em separado de um ponto polêmico: o mecanismo de aprovação do regime preferencial para emendas com assinatura de 280 parlamentares. O projeto da mesa contempla o “Centrão”, tornando desnecessária a deliberação do plenário sobre a preferência. A emenda, no caso, iria automatizada, automaticamente a voto. Os progressistas, especialmente Covas, querem a votação da preferência. Fica mantido o princípio da maioria absoluta para aprovar ou rejeitar qualquer dispositivo.

Os pequenos partidos da esquerda — PT, PDT, PCB e PC do B — recusam-se a aceitar o acordo proposto por Ulysses e prometem dirimir seguidas questões ao presidente da sessão para atrasá-la ao máximo.

taliações contra políticos considerados “infiéis”, preparada no Palácio do Planalto a cerca de um mês, quando a Comissão de Sistematização reduziu para quatro anos o mandato do presidente José Sarney.

Com voto favorável do deputado Francisco Dornelles, (PFL-RJ), por exemplo, o “Centrão” — grupo basicamente conservador — aprovou um regimento que ajudará o governo a influir mais na confecção da nova Constituição, com boas chances de recuperar o terreno perdido nas votações da Comissão de Sistematização. Depois deste voto, comemorado com festa no Planalto, o governador do Rio, Wellington Moreira Franco, aumentou consideravelmente a chance de manter sob sua proteção o poderoso Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Quando a Comissão de Sistematização reduziu o mandato presidencial com o voto favorável de Dornelles — um dos constituintes mais ligados a Moreira Franco —, o presidente do BNDES, Márcio Fortes, passou imediatamente a encabeçar a lista de nomes que seriam deslocados de cargos e funções no governo, porque de alguma forma eram ligados a políticos que haviam trabalhado por um mandato menor para Sarney. No dia seguinte à divulgação da lista, pelo governo, Fortes declarou-se favorável a um mandato presidencial de cinco anos.

Ficou estabelecido, a partir dali, que o presidente do BNDES não apenas reafirmaria sua afinidade com o governo federal, do qual é funcionário, como trabalharia para reaproximar do Palácio do Planalto o governador Moreira Franco, de quem é amigo. Uma conversa de Fortes com o ministro Antônio Carlos Magalhães, há duas semanas, selou o compromisso. Na votação da semana passada, Fortes mostrou que não estava brincando.

A lista original relaciona-

va, ainda, a superintendência da Sudene, que sairia das mãos do governador de Pernambuco, Miguel Arraes, para o Estado da Bahia, onde, além de Magalhães, trabalhavam pelo governo o ministro Prisco Vianna, do Desenvolvimento Urbano, o líder do governo na Constituinte, Carlos Sant’Anna, e o líder do PFL na Constituinte, José Lourenço. Dias depois, era indicado um aliado de Magalhães para o cargo.

O senador paranaense José Richa, que teve destacada participação na votação que tirou um ano do mandato do presidente Sarney, também foi atingido na primeira fase das retaliações. Um de seus protegidos no governo, Inácio Mammann, então na presidência da Comissão de Financiamento da Produção (CFP) perdeu o emprego dias depois de divulgada a lista, “por razões administrativas”.

O senador Marco Maciel, do PFL de Pernambuco, que trabalhou pela redução do mandato, também sentiu na pele os efeitos da retaliação. Dois diplomatas que estavam à sua disposição desde que era chefe do Gabinete Civil foram devolvidos à repartição de origem — o Itamaraty. Agora, por ter votado contra o novo regimento, seus aliados políticos correm ainda mais riscos. O governo está estudando cuidadosamente a localização dos protegidos do senador, à espera de uma oportunidade.

A política do “toma-lá dá-cá” parece estar devolvendo ao governo a esperança de reconquistar, no plenário da Constituinte, nas próximas semanas, batalhas perdidas no âmbito da Comissão de Sistematização.

A prioridade número um continua sendo o sistema de governo. A Comissão de Sistematização decidiu que o País adotará o parlamentarismo a partir de março do próximo ano. Sarney não quer, e vai jogar tudo para conseguir mudar essa decisão.

“A nova Constituição será conservadora e oligárquica”, diz Brizola

por Riomar Trindade
do Rio

“A Constituinte definiu, mostrou sua verdadeira face, que é conservadora, oligárquica e assim deverá ser também a nova Constituição.”

Acho tudo isso muito lamentável, porque o nosso país está precisando de reformas, de uma visão progressista, libertária.” O comentário foi feito, na sexta-feira, no Rio, pelo ex-governador Leonel Brizola, presidente nacional do PDT, a propósito da esmagadora vitória do “Centrão” sobre a ala esquerda e a cúpula do PMDB na votação da mudança do regimento da Constituinte.

Brizola observou que, para quem vem acompanhando e analisando o desempenho da Constituinte, não surpreende o surgimento de uma força como o “Centrão”, “grupo que está acima dos partidos e expressa o conservadorismo brasileiro”.

Ele acrescentou: “Dele participam as oligarquias, na expressão mais direta e pura. Considero que, daqui por diante, nós devemos imaginar que o que vai ser deliberado na Constituinte vai ser de acordo, coerente, com os interesses do conservadorismo brasileiro”.

O ex-governador gaúcho e fluminense — ele esteve presente à missa em me-

Para Lourenço, “há um novo clima no País”

por Elaine Lerner
de Brasília

Em rápida entrevista concedida no Palácio do Planalto, após audiência com o presidente José Sarney, na sexta-feira, o líder do PFL, deputado José Lourenço, assegurou que o presidente continua “feliz” pela vitória do “Centrão”, grupo de tendência conservadora na Constituinte, e

mória do décimo-primeiro aniversário da morte do ex-presidente João Goulart, mandada officiar pela família de Jango, na igreja Nossa Senhora do Carmo, no centro do Rio — admitiu também a possibilidade de a vitória do “Centrão” fazer retomar a discussão, no plenário da Constituinte, sobre a duração do mandato do presidente José Sarney, reduzido para quatro anos na Comissão de Sistematização. “É possível que até volte a questão dos cinco anos para o atual presidente. Será um desastre para o País, pois o governo Sarney esgotou-se, perdeu as condições essenciais para continuar governando por um longo período. Mandato de quatro anos, com eleições à vista, isto é, que seria aceitável para o País”, disse Brizola.

Quanto ao sistema de governo, Brizola acha que ainda não há definições. Ele acusou o PMDB de ter utilizado um artifício “para impor o parlamentarismo, isto é, fazer passar o regime sem maioria absoluta no plenário, através da Comissão de Sistematização, sacrificando assim conquistas reais do povo”. E arrematou: “Numa dessas, também pode ser o parlamentarismo uma solução para essa parte majoritária do conservadorismo brasileiro mais radical, mais de direita, que se está expondo através do “Centrão”.”

terá, agora, de adequar o seu governo à nova base parlamentar do Congresso, formada por 250 parlamentares do PMDB e PFL.

Para José Lourenço, com a vitória do grupo “Centrão”, há um novo clima no País. Citou, especificamente, a volta da estabilidade econômica e o fim da “demagogia”, o que permitirá o reinício dos investimentos industriais.